

**FACCAMP - FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TRABALHO DE CURSO**

**SINDICALISMO OFICIAL E O NOVO SINDICALISMO:
RUPTURA OU PERMANÊNCIA?**

Gerson Carlos Pereira

**CAMPO LIMPO PAULISTA
2009**

GERSON CARLOS PEREIRA

**SINDICALISMO OFICIAL E O NOVO SINDICALISMO:
RUPTURA OU PERMANÊNCIA?**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
História da FACCAMP, como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do
título de Professor em História.**

Orientador: Prof. Ms. Antonio Reis Junior

CAMPO LIMPO PAULISTA

2009

**FACCAMP - FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
CAMPO LIMPO PAULISTA / 2009**

GERSON CARLOS PEREIRA

**SINDICALISMO OFICIAL E O NOVO SINDICALISMO:
RUPTURA OU PERMANÊNCIA?**

APROVADO EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF. MS. ANTONIO REIS JUNIOR – ORIENTADOR E PRESIDENTE DA BANCA

NOME DO PROFESSOR – Dr. Murilo Leal Pereira Neto

RESUMO

O Brasil passou por várias tentativas de organização da classe trabalhadora. O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar, por meio de documentos e fontes bibliográficas, as diferenças entre o sindicalismo oficial e o novo sindicalismo e as conseqüências políticas e sociais dessa divisão de pensamentos, buscando entender se houve uma ruptura ou se os valores do sindicalismo oficial permaneceram. Este trabalho faz a análise até a fundação da CUT em 28 de agosto de 1983.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo, CUT, Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

Brazil passed for some attempts of organization of the work class. The objective of this study is to analyze, by bibliographical sources, the differences between the official unionism and the new unionism and the social and politics consequences of this division of approaches, searching to understand if it had a rupture of approaches or if the values of the official unionism had remained. This study makes analysis until the foundation of the CUT. Agust 28,1983.

KEYWORDS: Unionism, CUT, Work Class.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Objetivo	7
1.2 Procedimentos Metodológicos	8
1.3 Estrutura do Trabalho	8
2. A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	9
3. O COMEÇO DA CONSTRUÇÃO DO CONGRESSO DOS TRABALHADORES AS LUTAS E AS GREVE	15
4. O ROMPIMENTO DO NOVO SINDICALISMO COM O SINDICALISMO OFICIAL	24
5. DISCUSSÃO: NASCE A CUT	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
7. REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Desde o final da escravidão e a implementação do mercado de trabalho livre no Brasil, transcorreram-se inúmeros processos históricos para que finalmente os trabalhadores pudessem adquirir maior liberdade para poder lutar por seus direitos.

Esta pesquisa visa refletir sobre a importância da luta dos trabalhadores brasileiros ao longo dos anos 1970–1980, que resultou em um novo modelo sindical consolidado na abertura política e democrática no país.

Entende-se, neste trabalho, que o movimento sindical no Brasil não era autêntico, pois não permitia que os trabalhadores elegessem seus próprios representantes sindicais – esses dirigentes eram indicados pelo governo¹ (OLIVEIRA, 1995). Um novo modelo sindical nasce forjado na luta pelos direitos dos trabalhadores, onde a construção de uma central sindical era necessária para atender os anseios da classe trabalhadora. Verifica-se na história várias tentativas de se montar uma central sindical, sendo a primeira em 1909. Em 1964 o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), foi extinto pela ditadura Militar. No entanto nenhuma central sindical sobreviveu até o surgimento da Central Única dos Trabalhadores em 1983. (OLIVEIRA, 2002).

Com a fundação da CUT, os trabalhadores conseguiram de fato aglutinar forças de diversas categorias, indicando assim um longo processo de mudanças e conquistas em nosso país.

Após duas décadas de fundação, a CUT continua sendo a maior referência da classe trabalhadora, contando hoje com mais de cinco mil sindicatos filiados em todo o Brasil (OLIVEIRA, 2002; OLIVEIRA, 1995), sobrevivendo aos ataques de adversários sindicais, governamentais, políticos e patronais. Dentro desta correlação de forças, apesar de todas as adversidades e da modificação de algumas propostas cutistas, a referida central mantém a sua raiz ideológica, permeando a sociedade e elegendo o seu principal expoente ao cargo de Presidente da República (CUT, 2007).

¹ Período de 1937-1945, Estado Novo e na ditadura militar 1964 -1985,dirigentes eram indicados pelo Governo.

A fundação da CUT não significa apenas uma aglutinação de forças, mas também um marco histórico para os trabalhadores, cuja dinâmica permitiu ampliar a disputa social e política com a classe patronal (CUT, 2007).

Nas últimas duas décadas do século XX, apesar de toda abertura política e do retorno da democracia no país, observa-se um contra-ataque à classe trabalhadora e, particularmente, à CUT. No período são implementadas várias propostas da classe patronal junto aos governos Collor e Fernando Henrique, que também corroboraram para a introdução de outras centrais baseadas no neoliberalismo durante os anos 1990 (CUT, 2007).

Além disso, a classe patronal forjou em seu seio várias lideranças sindicais e introduziu novas centrais concorrentes à CUT, dividindo e confundindo os trabalhadores. Estas novas centrais, em conjunto com a classe patronal e governos, certamente foram responsáveis pelas perdas de direitos dos trabalhadores na década de 90, ao introduzirem normas que flexibilizam tais direitos. Novas regras de contratação, a terceirização, e a pulverização na criação de sindicatos são exemplos de instrumentos que ajudaram a precarizar as condições de trabalho no Brasil, sem contar com várias reformas sociais dos governos que ampliaram ainda mais a precarização na qualidade de vida dos trabalhadores (CUT, 2007).

Se o uso destes mecanismos patronais buscava fragilizar e dividir os trabalhadores, este objetivo foi conquistado. No entanto, se o objetivo era o de destruir a CUT, pode-se dizer que não foi alcançado até o momento (OLIVEIRA, 1995; CUT, 2007).

Dentro desta ótica, este trabalho apresenta as razões da fundação da Central Única dos Trabalhadores, as adversidades e a luta em uma conjuntura que ainda é bastante delicada a toda a classe trabalhadora.

1.1 Objetivo

O objetivo do trabalho é pesquisar as diferenças entre o sindicalismo oficial e o novo sindicalismo, com ênfase na consolidação de uma Central Sindical, e verificar quais são as conseqüências políticas e sociais dessa divisão de pensamentos, trazendo para o campo da pesquisa a ruptura de dois modelos sindicais.

O estudo abrange o processo de luta pela redemocratização do movimento sindical, suas dificuldades e as razões da fundação de uma central e as divergências

políticas entre os sindicatos oficiais do regime e o Novo Sindicalismo, o sindicalismo autêntico.

É inerente ao trabalho tratar da luta contra a ditadura, desaparecimentos e mortes de militantes, o papel da igreja católica e partidos políticos, e os reflexos da atuação da central na sociedade perante a nova ordem neoliberal.

1.2 Procedimentos Metodológicos

O trabalho desenvolve-se a partir de fontes secundárias, ou seja, pesquisa bibliográfica e documental junto aos arquivos dos sindicatos e CEDOC – Centro de Documentos da CUT/SP, revistas, jornais e livros.

1.3 Estrutura do Trabalho

O TCC está esquematizado em quatro capítulos de fundamentação teórica, onde se narra a história da organização sindical e fornece subsídios para desenvolver o último capítulo, quando são feitas as considerações finais e a avaliação sobre o alcance dos objetivos propostos.

O capítulo 2 trata das raízes históricas nacionais da organização da classe trabalhadora, suas lutas e conquistas. No capítulo seguinte o foco é a construção do congresso dos trabalhadores que tem como objetivo a formação de uma Central Sindical de assistência ao trabalhador.

O capítulo 4 reflete a divisão de duas correntes sindicais: de um lado o sindicalismo oficial, que defendia a continuação do modelo vigente, o sindicalismo assistencial²; e do outro lado, o Novo Sindicalismo com a concepção de luta³ para conquista de mais direitos aos trabalhadores.

O 5º capítulo fala do nascimento da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, a primeira comissão eleita e suas reivindicações.

Por fim, nas considerações finais apresenta-se um panorama das reflexões do trabalho e a importância do momento histórico da década de 1980, e responde-se ao problema de pesquisa, sugerindo novos temas para a continuidade das investigações sobre o tema.

² Colônia de Férias, médicos, dentistas e cortes de cabelo.

³ Melhores salários e condições de trabalho, redução da jornada de trabalho.

2 A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Este capítulo tem como objetivo resgatar a memória das lutas sociais e as iniciativas dos trabalhadores em se organizar por classe ou categoria.

No Brasil, os primeiros registros de manifestação e greves foram antes da era industrial: em 1791, dos trabalhadores nas oficinas das Casas de Armas do Rio de Janeiro; 1815, dos pescadores de Recife (PE); 1858, dos gráficos do Rio de Janeiro; 1863 dos ferroviários do Rio de Janeiro; 1877 dos carregadores de Santos (SP). Eram protestos contra as injustiças patronais, e por aumento de salário (ROSSI e GERAB, 2009).

No entanto, as primeiras correntes sindicais só começaram a surgir no Brasil em 1880, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Eram em pequenos números e começaram a se disseminar no mesmo ritmo da urbanização e industrialização do país. Gráficos e cocheiros fizeram as manifestações iniciais, embora não haja registro de alguma greve que tenha chamado atenção nessa década. Porém, entre os anos de 1891 e 1894 aconteceram 17 paralisações no Rio de Janeiro por aumento de salários e pela jornada de oito horas de trabalho. Em 1900 foram registradas 24 greves no estado de São Paulo por motivos semelhantes (PRIORE e VENÂNCIO *apud* OLIVEIRA, 2002).

A expansão urbana e industrial no Brasil durante a I República fomentou a diversificação das ocupações e o aumento do número de trabalhadores na cidade, criando condições mais favoráveis para a difusão de novas tentativas de lutas e de movimentos associativos operários. O Brasil era um país recém-saído da escravidão, e essas experiências associativas revelavam que o operário brasileiro começava a manifestar interesses e a se organizar para enfrentar a dura batalha com o patrão, dentro e fora dos locais de trabalho. É criada, no ano de 1905, a Fosp (Federação Operária de São Paulo); e em 1906, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o 1º Congresso Operário Brasileiro (ROSSI e GERAB, 2009).

Segundo Oliveira (2002), a Confederação Operária Brasileira (COB), primeira central de trabalhadores do país, foi criada em 1909 na cidade do Rio de Janeiro. O

operário brasileiro tinha péssimas condições de vida e de trabalho, tanto que muitos morriam em decorrência de acidentes provocados pelo excesso de trabalho.

Esse contexto fez com que o trabalhador começasse a expor sua insatisfação e revolta, e assim surgem as manifestações, inicialmente isoladas ou por categoria ou por ramo de trabalho. Os operários avançaram na luta construindo uma unidade de luta e força contra o sistema aplicado neste período; começam a perceber que a união da classe fortalecia e fazia a diferença numa trajetória de muito suor e luta.

Em 1913 é realizado o II Congresso Operário Brasileiro com a participação de delegados da maioria dos estados brasileiros. Após o congresso foi criado o jornal “Voz do Trabalhador” com uma tiragem de 4.000 exemplares que, para a época, era um número expressivo. Neste mesmo período os trabalhadores organizaram a greve geral, para o mês de julho de 1917 na cidade de São Paulo, e que teve o apoio de vários setores da sociedade: o comércio fechou; o transporte municipal parou; e os operários de diversas fábricas cruzaram os braços por melhores salários. O governo tentou controlar a greve, mas não obteve êxito. Os trabalhadores tomaram conta da cidade. Apenas os hospitais podiam atender casos urgentes ocorrendo assim as manifestações por trinta dias. Este movimento era o começo de uma era de reivindicações por parte dos trabalhadores brasileiros (OLIVEIRA, 2002).

Getúlio Vargas⁴ assumiu o poder em 1930 e, quatro anos depois, foi promulgada a Constituição que fecha o Congresso Nacional. Em 1937 instala o Estado Novo e passa a governar com poderes ditatoriais, de forma centralizadora e controlada. Criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) com objetivo de controlar e censurar as manifestações contrárias ao seu governo. O Governo Vargas passa a controlar e fiscalizar o sindicalismo operário. Por outro lado, ele amplia os serviços estatais, a aposentadoria, cria o imposto sindical e o salário mínimo (1940), e passa a vigorar a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Ainda nessa política de concessões aos trabalhadores, Vargas implementa o auxílio-natalidade, o salário-família, a licença para gestante, a estabilidade no emprego (após 10 anos), o descanso semanal remunerado. Em contrapartida, extingue o direito de greve e a

⁴ Republica Velha tratava-se de uma classe majoritariamente composto por estrangeiros (RJ e SP), e as correntes eram organizadas por trabalhadores anarquistas e socialistas e revolucionários.

independência dos sindicatos, os quais passaram a ser geridos por dirigentes sindicais atrelados ao estado, chamados de "pelegos"⁵.

Nos anos do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1947) o movimento sindical encolhe, voltando à luta em 1948 (OLIVEIRA, 2002).

Quando o movimento sindical volta à cena, rompe com o cerco político, jurídico e policial que era imposto desde o governo Vargas e tinha continuidade no governo Dutra. Os trabalhadores, revoltados com as perdas salariais, deflagraram greves consecutivas. Em março e abril do ano de 1953 estourou a greve dos 300 mil no estado de São Paulo, envolvendo várias categorias profissionais. Segundo Oliveira,

A greve dos 300 mil foi considerada por muitos autores como episódio que melhor retratava o grau de dinamismo e de fragilidade sindical naquele momento singular da vida nacional. Para Francisco Weffort, a greve dos 300 mil tornou evidente a baixa representatividade dos sindicatos oficiais e uma espontaneidade de massa que ia além da capacidade de controle das direções sindicais (OLIVEIRA, 2002, p.141).

Em 1956 Juscelino Kubitschek assumiu a presidência adotando uma política mais conservadora no enfrentamento social, o que foi parcialmente compensado pela elevação do ritmo de crescimento econômico, seu período de governo ficou marcado pela expansão do emprego e pela mobilidade social e geográfica. O conservadorismo social do governo refletiu-se também na política trabalhista adotada por Kubitschek, que parecia menos preocupado em manter laços políticos com os sindicatos e chegou adotar práticas anti-sindicais. Ainda que tenha ocorrido menor número de intervenções nos sindicatos o ministro do Trabalho, José Parsifal Barroso chegou a tomar medidas para impedir que a esquerda tomasse posse de vitórias conseguidas em eleições sindicais (OLIVEIRA, 2002).

Na década de 60 o sindicalismo brasileiro comportava pelo menos três correntes políticas sindicais. Conforme Oliveira (2002), a mais importante delas vinha atuando desde o início dos anos 50 e era formada por comunistas, trabalhistas de esquerda e alguns sindicalistas independentes. Apesar de contar com maior número de membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua linha de atuação confundia-se na maior parte do tempo com as diretrizes sindicais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A partir do seu V Congresso, realizado em 1960, o PCB

⁵ No instrumental dos peões, pelego é um pano grosso e dobrado, ou uma pele de carneiro curtida, mas ainda com a lã, que se coloca em cima do arreio, usado para designar o líder sindical de confiança da empresa, que garante o atrelamento da entidade aos interesses dos patrões (FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS, 2009, online).

passou a defender o fim das formas mais explícitas de interferência ministerial nos sindicatos; o aperfeiçoamento da estrutura sindical oficial por meio da criação de organizações horizontais que deveriam culminar em uma central geral de trabalhadores; o combate ao cupulismo⁶; e a aproximação dos trabalhadores com os sindicatos.

A segunda corrente do sindicalismo brasileiro surgiu em 1957. Era o oposto do PCB, e reunia sindicalistas independentes, socialistas, e também sindicalistas ligados à Igreja Católica de esquerda - conhecido como Movimento de Renovação Sindical. Já a terceira corrente nasceu da fundação do Movimento Sindical Democrático (MSD) em 1961, e tinha a participação de sindicalistas independentes e “ministerialistas” que vinham perdendo o controle das principais federações e confederações. Era uma união dos democratas para barrar o comunismo com pensamento liberal; defendiam um Brasil cristão e democrático (OLIVEIRA, 2002).

Nos dias 10 e 14 de agosto de 1960 aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o III Congresso Sindical Nacional. Com participação de todas as correntes sindicais e dois mil delegados, o evento resultou na proposta da criação de uma central geral dos trabalhadores. Ao final, as lideranças sindicais defenderam a liberdade constitucional e a luta pela reforma do atual sistema sindical do artigo 159 da Constituição, pela completa existência da liberdade e autonomia sindical (OLIVEIRA, 2002).

Em 1966 foi instituído o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). O trabalhador brasileiro trocava sua estabilidade no emprego por um fundo depositado em conta corrente, somente retirado quando ocorre demissão. Isso tudo em plena vigência da ditadura militar sob comando do general Castelo Branco (1964-1967), com o objetivo de adequar as legislações trabalhistas às mudanças estruturais em curso no Brasil, que era a reorganização do capitalismo a nível mundial (CUT, 2007).

A estabilidade no emprego representava um dado que dificultava o capital internacional de investir no Brasil, tendo em vista a baixa rotatividade da mão-de-obra nessa legislação. O FGTS veio apenas para permitir a demissão dos trabalhadores brasileiros e oferecer condições de maior rotatividade. Com o fim da estabilidade, os funcionários com mais tempo de serviço começaram a ser demitidos e substituídos por mão-de-obra mais barata (CUT, 2007).

⁶ Hábito de tendência para decisão de cúpula).

Aumenta o desemprego, e as manifestações são inevitáveis. Em 1968, na cidade de Osasco (SP), estudantes e populares fizeram uma tentativa de greve, mas foram fortemente reprimidos. O regime militar endurecia com a classe operária. No mesmo ano os militares promulgaram o Ato Institucional N° 5 (conhecido como AI-5), e com ele vieram novas perseguições, cassações, censura aos meios de comunicação, perseguição policial permanente a todos os meios de organização (de sindicatos ou populares que se opunham contra o regime), torturas freqüentes, desaparecimento de militantes políticos. Era o início dos anos de chumbo da ditadura militar (CUT, 2007).

Nos anos 70 teve início o “movimento contra a carestia”⁷, protagonizado pelos movimentos sociais que recolheram milhares de assinaturas contra a elevação de preços. Os trabalhadores tinham baixos salários e iniciaram uma grande manifestação contra os altos preços.

A partir de 1979 começa a anistia de presos políticos, trazendo de volta diversas lideranças políticas que se encontravam exiladas.

De acordo com Antunes (1988), o movimento operário e sindical brasileiro viveu momentos de intensas lutas e articulação política nos anos 70 e 80. Isso acontece devido a vários fatores, mas destacam-se dois: a distensão política dos militares que já estavam no poder desde o golpe de 31 de março de 1964; e a resistência dos setores oposicionistas democráticos e populares que, mesmo sob repressão, lutavam e ganhavam forças com a ajuda de entidades de classe como sindicatos, sociedade civil e uma parte da Igreja Católica que atuava nas cidades e no meio rural. É preciso lembrar que naquele momento os sindicatos, as organizações, e os movimentos sociais ainda estavam fragilizados em consequência da forte onda repressiva que se abateu sobre os trabalhadores. A única alternativa dos trabalhadores eram os movimentos sociais e sindicais – porém, a maioria dos sindicatos ainda estava em poder do estado. Nos primeiros anos da ditadura militar, entre 1964 a 1969, os interventores e dirigentes sindicais que não tinham compromisso com a classe trabalhadora transformaram as entidades sindicais em gabinetes, privilegiando as colônias de férias, cortes de cabelo, dentistas, e transformaram-se num verdadeiro balcão de negócio deixando a luta da classe de lado (CUT, 2007).

⁷ Carestia, alto preços, escassez de alimentos, preço superior ao valor do real.

Com essas atitudes, os sindicatos foram então rotulados de paternalistas. A organização era apenas homologatória, cumpria a vontade dos patrões e do governo. Segundo Gorender (1987), as organizações de esquerda viviam na clandestinidade e algumas optaram pela luta armada, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ala Vermelha, Partido Comunista Brasileiro, Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e outros. Era o instrumento de combate à ditadura. Militantes que se opunham à ditadura foram presos e mortos. Muitos desapareceram e passaram a viver na clandestinidade ou tiveram que sair do país pedindo exílio político a outros países⁸.

Em 1974 começava a abertura política⁹. Houve uma pequena alteração nessa situação, mas os excessos de violência ainda eram praticados pelo regime militar. A “linha dura do regime” ainda cometia assassinatos. A morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI, na cidade de São Paulo em 1975, provocaram as reações dos movimentos mais organizados dos setores da sociedade que eram contra o governo¹⁰. A partir deste momento a sociedade civil reagiu fortemente e passou a lutar por liberdades democráticas. Os estudantes universitários retomaram as ruas nas grandes cidades exigindo o fim da ditadura. Os movimentos populares e sociais pediam o fim da carestia. A parcela do sindicalismo que não era comprometida com o regime militar pedia a reposição salarial e as perdas acumuladas, despertando assim o interesse dos trabalhadores nas lutas sindicais (CUT, 2007; CONCLAT, 1984).

As greves iniciadas no ABC paulista se estendem pelo Brasil, atingindo dezenas de categorias profissionais em todo o país no final da década de 1970, dando início ao declínio da ditadura militar e a retomada das lutas da classe trabalhadora, cujo marco principal é o CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora, ocorrido em 1983, cuja construção será trabalhada no próximo capítulo.

⁸ O senhor Devanir José de Carvalho, que era taxista ligado ao movimento Revolucionário Tiradentes (MRT do Brasil) foi preso no dia 05 de abril de 1971 na Rua Cruzeiro, n. 1111, no bairro Tremembé na Cidade de São Paulo. Foi torturado e morto no dia 07 de abril de 1971 no DOPS na cidade de São Paulo, segundo depoimento de presos políticos que se encontravam detidos no mesmo período (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2009, *online*).

⁹ Entende-se que é apenas o começo da abertura política em 1974 com o governo Geisel, começam as propagandas políticas nas rádios e televisões, e o partido MDB obteve mais de 40% das cadeiras nas eleições para o Congresso Nacional.

¹⁰ Governo de Ernesto Geisel.

2 O COMEÇO DA CONSTRUÇÃO DO CONGRESSO DOS TRABALHADORES AS LUTAS E AS GREVES

O desejo da classe trabalhadora e do movimento sindical era de construir uma organização sindical independente e autônoma. Para isso era necessário um grande encontro da classe trabalhadora, um congresso que passou a se chamar de (CONCLAT)¹¹, (CUT, 2007).

Em 1975, após muitas lutas e mortes de trabalhadores e militantes, iniciava-se um processo de distensão política do regime. O Brasil vivia uma forte crise econômica, que possibilitou a reorganização dos movimentos sociais e dos sindicatos. Teve início a retomada das ruas pelos estudantes universitários e por diversos segmentos da sociedade, principalmente os trabalhadores das regiões mais industrializadas do país. Os anos 70 foram marcados pela luta por liberdade e democracia, e o surgimento dos movimentos sindicais reivindicatórios com a participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (AZEVEDO, 2006).

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema divulgou, em 1977, estudo feito pelo Banco Mundial que indicava manipulação do índice da inflação nos anos de 1973 e 1974, durante a gestão do então ministro da Economia Delfim Neto. A partir disso, iniciou-se uma campanha pela reposição salarial que levou os trabalhadores em maio de 1978 à greve, e que se espalhou por todo o ABC paulista nos anos de 1979 e 1980. As greves dos metalúrgicos e suas mobilizações serviram de estímulo para outras categorias profissionais, e milhares de trabalhadores realizaram greves em todo país (AZEVEDO, 2006).

A sociedade brasileira começava a tomar conhecimento de um forte movimento sindical e uma corrente chamada de Novo Sindicalismo¹² - um sindicalismo combativo, ou seja, um sindicalismo autêntico. Esse novo conceito tinha o objetivo de conscientizar o trabalhador a partir do trabalho de base, a partir do

¹¹ Congresso da Classe Trabalhadora.

¹² Novo Sindicalismo uma nova tendência que surgiu no movimento sindical e questionava os sindicatos oficiais que eram indicados pelo Governo.

“chão de fábrica”. O novo sindicalismo não surgiu com as greves no ABC em 1978, foi apenas o momento oportuno, pois as condições favoreceram a projeção nacional e internacional, dando visibilidade à classe trabalhadora brasileira (CUT, 2007).

Greves anteriores ocorreram, no entanto, sem sucesso. No ano de 1968 foram promovidas greves pelos sindicatos dos metalúrgicos de Osasco (SP) e Contagem (MG), duramente reprimidas pelo regime militar. Outra linha de ação pode ser notada no movimento, empregada no período entre 1969 e 1977 pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema: diversas tentativas de greves e mobilizações pelas reposições salariais em decorrência da manipulação dos índices da inflação em 1973 e 1974; realização do I Congresso Metalúrgico em 1974; reivindicação e aprovação do contrato coletivo de trabalho. Em fevereiro de 1976, na cidade de João Monlevade (MG), os sindicatos dos metalúrgicos, bancários e jornalistas de Belo Horizonte articulam-se para a visita do presidente Ernesto Geisel à capital mineira e entregaram a ele um documento que tratava da autonomia sindical, direito de greve, legislação salarial e outros temas de interesse dos trabalhadores (CUT, 2007).

Além do novo sindicalismo, outras correntes começaram a se movimentar e ter ação em âmbito nacional. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vivia na clandestinidade, se une ao único partido brasileiro reconhecido pelo regime e que fazia uma oposição branda, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e aos sindicatos ligados aos dois partidos. Juntos, propõem a realização de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que era um movimento diferente onde todas as categorias profissionais de todo o país poderiam se reunir. A ideia da conferência surgiu depois que os empresários realizaram o 4º Congresso das Classes Produtoras, que passou a ser conhecida por CONCLAP. No dia 7 de setembro de 1977, o conjunto de sindicalistas de São Paulo levou ao Distrito Federal e entregou ao presidente Ernesto Geisel a proposta do congresso. A visita fazia parte de um projeto – o “Projeto Brasília” -, organizado pelo governo e dirigido aos trabalhadores para celebrar os feitos do próprio governo. Este fato gerou descontentamento em alguns setores e alguns sindicatos se recusavam a participar, como é o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais, que já havia entregado no ano anterior documentos com a reivindicação (CUT, 2007).

O dirigente que falava em nome dos sindicatos, o Sr. Hugo Martinez Perez, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São

Paulo, pediu durante seu discurso a construção de uma conferência dos trabalhadores, onde seria discutido um modelo econômico para a utilização do fundo de garantia e os problemas de distribuição de renda, política salarial. Começou uma ampla divulgação na imprensa sobre a conferência dos trabalhadores durante os meses de novembro e dezembro daquele ano. O governo militar concordava com o encontro dos trabalhadores, mas impôs condições: deveria ser realizada através das confederações de órgãos oficiais e não poderia ser transformado em um movimento Intersindical permanente. Os empresários também opinaram a favor da conferência, desde que “não houvesse baderna“, conforme opinião de Luis Eulálio Vidigal, presidente do Sindicato das Indústrias e Componentes para Veículos Automotores (CUT, 2007).

As confederações oficiais orientadas pelo regime tentaram assumir a condução do processo, pois a maioria era comprometida com o regime militar e alguns dirigentes ocupavam cargos, como Ari Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), que estava no cargo há mais de 30 anos. A desconfiança dos trabalhadores que faziam parte do chamado Novo Sindicalismo era muito grande, pois não acreditavam mais nas confederações oficiais. O Sr. João Paulo Pires Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), articulava um encontro nacional de sindicalistas e afirmou que as confederações estavam distantes das bases e representavam mais interesses do sistema do que interesses dos trabalhadores (CUT, 2007).

Sindicalistas, opositores do regime e jornalistas independentes opinaram no mesmo sentido. Entretanto, a primeira discussão sobre o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) foi encerrada no final de 1977 pelo então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio da Silva, o Lula. A Tribuna Metalúrgica, como era chamado o jornal de base dos trabalhadores, afirmava que:

não se logra êxito em coisa alguma começando pelo teto. Isto é ensinamento em engenharia de construções: para se criar alguma coisa por cima é preciso que se verifique antes o suporte da estrutura. Vale dizer que no caso do certame em questão, tudo deveria começar pelas bases (TRIBUNA METALÚRGICA, 1977, p. 3).

O tema chamou a atenção de outros sindicalistas e da sociedade, porém não logrou nenhum resultado prático. A partir daquele momento, a organização de uma

Conferência Nacional da Classe Trabalhadora tornou-se objetivo a ser alcançado pelo movimento sindical brasileiro (CUT, 2007).

A ideia seria retomada nos anos seguintes. Em 1978, nos encontros que antecederam ao Congresso dos Trabalhadores, o novo sindicalismo nacional queria intervir no 5º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) que aconteceria na cidade do Rio de Janeiro, onde eram esperados milhares de trabalhadores de todo o Brasil. O presidente da CNTI, o Sr. Ari Campista, havia acenado que discutiria o congresso durante aquele evento e tinha intenção de dirigir a conferência nacional. Nesse congresso, pela primeira vez, foi colocado frente a frente o “peleguismo sindical” (sindicatos oficiais) e o Novo Sindicalismo, liderado por Luis Inácio Lula da Silva, que questionava estrutura oficial (CUT, 2007).

Com atitudes já conhecidas pelo sindicalismo oficial, a CNTI dominou todo o congresso com atitudes truculentas para com isso se manter no poder. Ao final do evento, os congressistas reuniram-se e redigiram uma carta de princípios, cujo nome ficou conhecido como Carta dos Dirigentes Autênticos, que denunciava as ações daquele grupo e uma análise dos problemas que o trabalhador brasileiro estava vivendo naquele momento, além das questões trabalhistas. A carta trazia proposta relacionada às liberdades democráticas, desenvolvimento nacional, organização e ação sindical, legislação e trabalhista, entre outros temas de interesse dos trabalhadores (TRIBUNA METALÚRGICA, 1978). No dia 2 de setembro de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, nova reunião dos sindicalistas que lançaram a carta e preparavam uma viagem a Brasília visando o acompanhamento da votação pelo Congresso Nacional de um projeto que visava a reforma política (RAINHO e BARGAS, 1983).

A participação da reunião foi de 30 sindicatos, uma federação e uma associação pré-sindical, representando quatro estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O ministro do Trabalho Arnaldo Prieto criticou duramente o movimento e ameaçou cassar o mandato dos dirigentes que fossem a Brasília. O ministro emitiu portaria em 9 de setembro de 1978 proibindo dirigentes sindicais de promoverem e participarem de reuniões intersindicais. A portaria surtiu algum efeito, pois das 32 entidades sindicais que assinaram a nota, menos de uma dezena esteve presente na capital. Estavam presentes os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o Sindicato dos

Metalúrgicos de Santos, o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, petroleiros de Paulínia e Cubatão, entre outros (RAINHO e BARGAS, 1983).

Esses dirigentes saíram fortalecidos do enfrentamento com o regime, pois nem eles e nem seus sindicatos sofreram retaliação alguma, impondo na prática uma derrota política ao ministro do Trabalho e ao governo militar. Estava aberto o caminho para as reuniões intersindicais que se seguiram. A carta dos dirigentes do Novo Sindicalismo voltou a ser discutida no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no ano de 1978 (RAINHO e BARGAS, 1983).

O Novo Sindicalismo começava a obter várias vitórias em categorias de massa. A primeira foi a vitória da oposição no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Outra vitória importante foi a dos professores da rede pública estadual paulista, quando a oposição ganhou as eleições na Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) (CUT, 2007).

A partir dessas vitórias, o sonho de montar uma central sindical independente e autêntica ganhou muito mais força, iniciando um processo de gestação para a construção da Central Única dos Trabalhadores. O movimento grevista ganhava força reivindicando questões específicas, como aumento de salário e reposição de perdas do passado. Isso marcou o ano de 1979 em todo território nacional, principalmente no ABC paulista. O regime contra-atacava com repressão policial, provocando o enfrentamento com militares e agentes do Estado que agiam a serviço dos patrões e do governo. Neste período houve desaparecimentos e assassinatos de trabalhadores e militantes, como o ocorrido no mês de agosto na cidade de Belo Horizonte na greve de trabalhadores da construção civil, onde houve a morte do trabalhador Oracílio Martins Gonçalves¹³ (TRIBUNA METALÚRGICA, 1979).

Começava então uma articulação para a tomada dos principais sindicatos. Os metalúrgicos de São Paulo, que estavam no comando dos sindicatos oficiais, já vinham sendo visados pela oposição sindical desde a década de 60. No ano de 1972, a oposição conseguiu articular uma chapa para a disputa do sindicato, mas foi derrotada pela situação. No ano seguinte, uma grande greve na empresa Villares, na

¹³ A violência não parou e no dia 30 de outubro de 1979 o militante da oposição sindical e da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva, foi morto por um policial durante uma greve promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A morte do militante Santo Dias causou uma indignação muito forte por parte da Igreja Católica, transformando-se numa grande manifestação contra o regime militar que percorreu as ruas da capital paulista. O assassinato de Santo Dias foi amplamente divulgado no movimento sindical e também nos movimentos sociais por causa do seu vínculo com a igreja Católica.(OPOSIÇÃO METALÚRGICA, 1979). Em 2004, por ocasião dos 25 anos de sua morte, ocorreu uma série de manifestações lembrando o fato, culminando com a entrega da documentação sobre sua vida .

zona sul de São Paulo, favoreceu o fortalecimento da oposição metalúrgica. Os opositoristas metalúrgicos de São Paulo começaram a se organizar de forma diferente, promovendo vários encontros da categoria em toda região, visando disputar a próxima eleição sindical. No entanto, várias lideranças sindicais foram presas desarticulando todo o trabalho realizado junto aos trabalhadores metalúrgicos (CUT, 2007; OLIVEIRA, 1995).

Em 1978 a oposição, já muito fortalecida, conseguiu disputar as eleições contra a chapa branca do sindicato. E mais uma vez foi derrotada pelas fraudes nas urnas com o apoio do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto. No ano seguinte a oposição sindical realizou seu I Congresso e nele discutiu a estrutura sindical, a organização da categoria, as comissões de fábrica e, em âmbito mais geral, a unificação das lutas de todos os trabalhadores contrários à estrutura sindical vigente. O congresso aprovou o programa da oposição, proposta de linha de ação para diretorias combativas e oposições, e também um encontro nacional das oposições sindicais (CUT, 2007; OLIVEIRA, 1995).

No mesmo ano, a oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo havia participado do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP), no qual apresentou sua tese sobre comissão de fábrica. Conforme Rodrigues *apud* CUT (2007), a tese teve bastante repercussão entre os presentes, tendo levado a uma mudança na postura dos delegados que participaram do congresso, pois até aquele momento o que se discutia a respeito da organização dos trabalhadores no seu local de trabalho era relacionado à demanda por delegados sindicais no interior das fábricas.

É fato que o III Congresso dos Metalúrgicos teve o objetivo e o êxito de aprovar a luta pela criação das comissões de fábricas. As discussões dos dois opositores, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, eram bem diferentes. Essas diferenças eram nítidas. Lula (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema) e Hélio Bombardi (membro da oposição metalúrgica de São Paulo) concederam entrevistas à revista *Cara a Cara* (CUT, 2007), publicada no Centro de Estudos Everardo Dias antes daquele congresso. Segundo a publicação, Lula era favor da vinculação das comissões de fábrica ao sindicato, tendo seus membros eleitos pelos trabalhadores e com direito a gozarem de estabilidade no emprego, enquanto Helio Bombardi defendia a independência das comissões de

fábrica em relação ao sindicato, independentemente da orientação da direção (OLIVEIRA, 1995).

A oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) faziam parte do Novo Sindicalismo, mas tinham muitas divergências sobre a forma de organização dos trabalhadores, divergências essas que seriam explicitadas naturalmente após a fundação da Central Única dos Trabalhadores. No ano de 1979 começavam as primeiras greves gerais da categoria metalúrgica iniciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP). O Estádio da Vila Euclides era aberto para as principais assembleias realizadas pelo sindicato, onde milhares de trabalhadores participavam do evento (OLIVEIRA, 1995).

Os meios de comunicação deram cobertura e o Brasil todo pôde ver na prática o novo sindicalismo e o surgimento de novas lideranças, como Luis Inácio da Silva, o Lula, hoje Presidente da República. Com a visibilidade e o crescimento das forças políticas e sindicais, a repressão dos militares não tardou e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. O governo afasta os dirigentes e nomeia novos representantes sindicais que eram atrelados ao estado. Os dirigentes dos sindicatos que foram afastados continuaram a dirigir as paralisações e novas assembleias aconteceram colocando o fim da greve¹⁴, o que levou o governo encerrar as intervenções e devolver as entidades sindicais de volta aos trabalhadores. O Novo Sindicalismo se fortalecia. De todo o país chegavam manifestações de repúdio às intervenções e de solidariedade à greve.

A proposta de se criar uma central sindical autêntica e independente tomava força entre diversas correntes sindicais do país. As greves continuavam a acontecer em vários estados brasileiros; na cidade de Porto Alegre os bancários também pararam e tiveram o apoio de vários sindicalistas que foram ao Rio Grande do Sul apoiar o movimento grevista e prestar solidariedade aos diretores afastados. Com o apoio de dirigentes de outros estados fortalecia-se o Novo Sindicalismo, colocando em xeque o sindicalismo oficial atrelado ao estado. O movimento sindical denunciava dirigentes sindicais como Ari Campista, acusado de ser agente do

¹⁴ O fim da greve foi proposto pelos dirigentes sindicais caçado, dando um prazo de 45 dias para que as empresas pagassem o reajuste que era de 11% para todos os metalúrgicos. Os metalúrgicos não receberam o reajuste e voltaram a Greve após o tempo estipulado.

regime no interior do movimento sindical. A divisão entre as duas correntes de pensamento já se tornava claro. Haveria um enfrentamento futuro: de um lado os dirigentes preocupados em não perder o poder, que já vinha de décadas imposto pelo regime militar; e do outro lado dirigentes com uma visão mais progressista que queriam mudar o sistema ali colocado e assim devolver os sindicatos de volta para as mãos dos trabalhadores. Além do Novo Sindicalismo surgiu também a Unidade Sindical, cuja criação em 1978 foi impulsionada por sindicalistas identificados com o Partido Comunista Brasileiro, que ainda vivia na ilegalidade.

A Origem da Unidade Sindical está no Centro Brasil Democrático (Cebrade), entidade fundada em julho de 1978 por intelectuais, artistas, sindicalistas e políticos, e que servia para fomentar a oposição contra a ditadura militar. O seu presidente era o arquiteto Oscar Niemeyer, militante do Partido Comunista histórico, e o vice o historiador Sérgio Buarque de Holanda, mais tarde um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) (CUT, 2007, p. 36).

Com o grande número de greves que ocorria em diversos pontos do país, os dirigentes sindicais do Novo Sindicalismo e a nova tendência que era Unidade Sindical, e até mesmo alguns dirigentes do sindicalismo oficial realizam uma reunião em nível nacional para fazer um balanço do período. O evento aconteceu na cidade de Belo Horizonte no mês de dezembro de 1979, dando encaminhamento a ações futuras para o movimento sindical brasileiro (CUT, 2007). Foi marcado um encontro nacional de oposições sindicais no mês de maio de 1980, onde se encontraram 40 entidades de trabalhadores de vários setores, tanto do campo quanto da cidade, de dez estados das diversas regiões brasileiras. O objetivo do encontro era construir princípios e programas de atuação de lutas (como a defesa da liberdade, ampliação do trabalho de base e a autonomia sindical) e derrotar a estrutura sindical vigente, ou seja, o sindicalismo oficial. A articulação dos movimentos populares e sindicais que ficou conhecido como Anampos, se reuniu para discutir a atuação da Unidade Sindical e a organização da Conferência Nacional dos Trabalhadores e deliberou a data de 31 de agosto de 1981 para a realização do encontro de trabalhadores, Conclat. Dirigentes da Anampos propuseram e aprovaram plenária nacional de entidades sindicais no dia 15 de fevereiro de 1981 em São Bernardo do Campo (SP). Naquele dia aconteceria um ato público contra o julgamento dos sindicalistas do ABC Paulista, enquadrados na Lei de Segurança Nacional em decorrência da greve geral dos metalúrgicos no ano anterior. Como era um ato público em solidariedade aos trabalhadores, a expectativa era de que todas as correntes

sindicais e políticas estivessem presentes, com exceção do sindicalismo atrelado ao regime, como a maioria dos dirigentes das confederações oficiais, e também os dirigentes que tinham a visão de que o sindicato deveria ser um apenas um órgão de atividades meramente assistenciais. A divisão começava a ficar mais nítida entre o Novo Sindicalismo e o sindicalistas oficiais (CUT, 2007).

4 O ROMPIMENTO DO NOVO SINDICALISMO COM O SINDICALISMO OFICIAL

Uma nova plenária nacional de sindicalista foi convocada para o dia 15 de fevereiro de 1981 em São Bernardo do Campo. Dirigentes sindicais de seis estados brasileiros estiveram presentes, e foi redigido um manifesto assinado por 60 entidades sindicais no que foi considerado uma das mais importantes reuniões intersindicais do período. Finalmente, em 21 de março de 1981 aconteceu a Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêutica de São Paulo (OLIVEIRA, 1995).

A principal polêmica durante a plenária do dia 21 de março aconteceu no momento da composição de uma coordenação nacional. As divergências novamente vieram à tona. Somente depois de muitas discussões, as correntes sindicais e políticas fecharam acordo e compuseram a Comissão Executiva Nacional da Conclat (CEN), com 29 dirigentes sindicais de todo o Brasil. Entre eles estavam Lula, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e Olívio Dutra, presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, ligados à Anampos e ao Novo Sindicalismo. Também foram escolhidos Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, e Ivan Pinheiro, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, os dois últimos militantes do PCB e vinculados à Unidade Sindical. Finalmente o movimento sindical brasileiro construiu um consenso e aprovou a Conclamação aos Trabalhadores Brasileiros para Participação na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CUT, 2007, p. 48).

As polêmicas entre as correntes eram constantes. Nesse momento ocorria a união entres todos participantes e a vontade era de caminhar juntos. O evento foi denominado de Encontro de Movimentos Populares - apesar do nome, a sua composição foi a mesma dos encontros anteriores, com participação de militantes sindicais e populares. Os temas de discussões do encontro foram as questões do desemprego e a greve geral, o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), e a fundação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

A ideia dos presentes era de que houvesse ampla divulgação nas bases dos trabalhadores, e encontros regionais antecedentes nos quais os temas pudessem ser aprofundados com todos os trabalhadores. Após quase quatro anos da ideia de se construir uma Central Única dos Trabalhadores, mais de cinco mil trabalhadores representantes de mais de mil entidades sindicais de todos os ramos profissionais do país, se reuniram em Praia Grande (SP). A abertura da plenária aconteceu no dia 21 de agosto de 1981 na colônia de férias do Sindicato dos Trabalhadores nas

Indústrias Têxteis de São Paulo. Apesar das divergências políticas, as diversas correntes de pensamento vinham juntas para tentar barrar o regime militar. O Novo Sindicalismo estava representado pelos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Bancários de São Paulo e Porto Alegre, professores da rede pública de São Paulo (OLIVEIRA 1995). Do outro lado estava a Unidade Sindical, a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), as federações oficiais e importantes sindicatos como o dos Metalúrgicos de São Paulo, que defendiam a unicidade sindical¹⁵, a aliança com os setores da burguesia nacional e o não enfrentamento direto com o regime. Naquele momento o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo apostava numa política mais moderada. As demais correntes sindicais que participaram do processo de discussão da central, como militantes do PC do B e do MR8, defendiam posições políticas próximas às da Unidade Sindical. A comissão Pastoral da Terra e os militantes ligados às organizações consideradas de extrema esquerda se aproximavam mais do Novo Sindicalismo (ROSSI e GERAB, 2009).

O Novo Sindicalismo sabia da importância de ter os sindicalistas oficiais juntos no processo de formação de uma central única de trabalhadores, pois a sua grande maioria já estava nos sindicatos e demonstrava que queria uma mudança no regime, por isso uma grande articulação entre dirigentes para formar uma chapa só para a criação da CUT. O principal problema a ser enfrentado era a eleição de uma direção unitária para deliberar e organizar o congresso de fundação da CUT. As divergências das correntes levaram a formação de dois grandes blocos de trabalho para obter a união das forças existentes (OLIVEIRA, 1995).

(...) capitaneados pela Unidade Sindical e pelo Novo Sindicalismo. A primeira tentativa de compor chapa única fracassou, fazendo com que duas chapas fossem apresentadas ao plenário: a chapa Um, articulada pela Unidade Sindical, e a chapa Dois, articulada pelo Novo Sindicalismo. A tensão aumentou quando os delegados foram chamados a se manifestar e o plenário ficou dividido. Para evitar divisão, os trabalhos foram suspensos, em nova tentativa de se buscar acordo. Depois de muitas discussões foi apresentada chapa única, com 56 membros. Portanto, todas as correntes tiveram que ceder. O órgão criado ao final da conferência recebeu o nome de Comissão Nacional Pró-CUT, e tinha como objetivos coordenar a execução das resoluções aprovadas e organizar, em 1982, o congresso de fundação da CUT (CUT, 2007, p. 57).

¹⁵ Presente no Brasil desde a Constituição Federal de 1937, o sistema sindical unitário, também chamado de Unicidade Sindical, é a forma prevista na legislação para a organização dos Sindicatos. De acordo com este sistema de organização, somente é possível uma entidade sindical por categoria para uma mesma base territorial. A base territorial mínima é o município. Nenhum sindicato poderia ter base territorial menor que um município, mas pode ter base em mais de um município, um estado inteiro e até mesmo pode ter base nacional.

Após a aliança entre todas as forças, os eleitos da comissão pró-CUT pedem audiência com o Presidente da República para a entrega da pauta de reivindicações dos trabalhadores. No mesmo momento a comissão pró-CUT, realizava várias manifestações por todos os estados do Brasil - depois de muitos anos o movimento sindical brasileiro conseguiu se organizar de forma articulada e chamava a atenção de toda a população e do regime militar da época. Tudo indicava a formação de uma central sindical unitária. Um boletim oficial pró-CUT, que era o órgão oficial da comissão eleita para construção do congresso, publicou o edital de convocação do congresso para o ano de 1982 (ROSSI e GERAB, 2009).

Após a convocação as divergências entre sindicalista voltaram a ser discutidas. A tendência Unidade Sindical, majoritária da coordenação pró-CUT, manipulou e conseguiu evitar a realização da conferência de 1982, postergando para o ano seguinte (ROSSI e GERAB, 2009).

A vontade de construção da central era muito forte entre as correntes já existentes do movimento sindical brasileiro. A comissão nacional pró-CUT já constituída discutia a possibilidade de uma greve geral durante o primeiro semestre de 1983, no entanto foi desmobilizada com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que tinha como presidente o Joaquinzão, claramente cooptado pela ditadura uma vez que por ela fora nomeado interventor do sindicato. A desmobilização teve também ajuda da Unidade Sindical, o que foi visto com desconfiança pelos militantes mais combativos, ou seja, pelo Novo Sindicalismo. O congresso da CUT mais uma vez era colocado em dúvida: não era possível construir uma central sindical combativa e autêntica com a ajuda dos dirigentes que já estavam na estrutura sindical há muito tempo. Outro fato que trazia a desconfiança dos autênticos era que o governo¹⁶ queria transformar o dirigente sindical Joaquinzão no grande líder nacional dos trabalhadores. Por esse motivo o Novo Sindicalismo e o setor mais combativo dos movimentos sociais não concordavam e o rompimento estava cada vez mais forte. Ao perceber o possível golpe da estrutura oficial, o Novo Sindicalismo comandado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema começava a se articular e se afastar dos sindicatos que tinham outra concepção política e defendiam a estrutura sindical vigente (OLIVEIRA, 1995).

¹⁶ Governo de João Figueiredo anos de 1979 a 1985. Tivemos eleições diretas em 1982 e Lula foi candidato ao governo do Estado de São Paulo.

Mais uma vez o congresso da CUT foi cancelado, pois as concepções sindicais eram muito distintas. No dia seguinte os partidários do adiamento do congresso passaram a elaborar novas táticas para reverter a situação:

A Contag aprovou no seu conselho de representantes de Federações documento de avaliação do movimento sindical, e concluiu que o sindicalismo rural não participaria do congresso em 1982. A intersindical do Rio de Janeiro encaminhou pedido à comissão pró-CUT para que a decisão sobre o Congresso fosse revista (CUT, 2007, p.59).

A partir desse momento os dirigentes da comissão que não concordavam ainda com a criação da central naquele ano, convocavam plenárias para o mês julho de 1982 e decidiram pelo adiamento do congresso. Nova plenária foi marcada para os dias 11 e 12 de setembro de 1982, quando seriam marcadas novas datas e local para reorganização da Comissão Nacional pró-CUT. Deixava claro naquele momento que não se tratava apenas das questões do adiamento do congresso, pois as divergências eram de concepção política e de prática sindical. Com a divisão das forças políticas, dificilmente seria organizado ainda naquele ano o congresso da classe trabalhadora. O Novo Sindicalismo formava militantes em todo o país e conseguia neste momento de tensão enfrentar os debates colocados (CUT, 2007).

Naquele momento muitas reuniões eram marcadas e novas discussões e preocupações surgiam, pois eram duas forças diferentes de pensamento, duas formas de analisar e encaminhar as lutas e a organização sindical. Um lado reconhecia o mandato dos dirigentes da comissão Nacional pró-CUT; e o outro lado não reconhecia; questionava que os membros perderam a legitimidade, pois os mandatos estavam vencidos. Entretanto, apesar da radicalização, ainda estava aberto às possibilidades de nova recomposição e busca de unidade do movimento sindical. Alguns dirigentes questionavam o excesso de reunião que implicavam enormes custos e grandes deslocamentos. Entretanto, as reuniões da Anamos de outubro e novembro de 1982 foram decisivas no processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT 2007, p. 65).

As divergências não tinham fim. A unidade sindical questionava o regimento interno entre outras alterações, e propunha incluir na organização do congresso os dirigentes Joaquinção, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antonio Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo - representantes das federações e confederações oficiais avaliavam que sem estes setores não seria possível a realização do congresso de fundação da CUT. Esse argumento foi duramente criticado pelo Novo Sindicalismo e visto como mais uma manobra da Unidade Sindical para conseguir a maioria do congresso e evitar a criação da CUT. O rompimento surge em 1983 com novas tentativas de manipulação feitas pela

Unidade Sindical. O Novo Sindicalismo toma a iniciativa e banca a realização do congresso para o ano de 1983 (ROSSI e GERAB, 2009).

Não participaram do congresso da CUT os grupos do PC do B, PCB, MR8 e a Unidade Sindical, nem os sindicatos rurais e a Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Este mesmo bloco no ano de 1983, na cidade de Praia Grande (SP), funda a Confederação Nacional da Classe Trabalhadora, elegendo Joaquinção para seu presidente (ROSSI e GERAB, 2009).

5 DISCUSSÃO: NASCE A CUT

As manifestações, a insatisfação dos trabalhadores, e as greves que marcaram época nos anos de 1978 a 1980, mostraram que a classe trabalhadora necessitava de um instrumento que fosse capaz de unificar suas lutas uma vez que, isoladas, se tornavam presa fácil para governo e patrões: o movimento sindical autêntico decide criar uma central sindical, a Central Única dos Trabalhadores (ROSSI e GERAB, 2009).

Muitas reuniões aconteceram durante o mês de julho e o início de agosto de 1983. Várias correntes sindicais e políticas se articulavam para que a Conclat se realizasse, o posicionamento era de consenso dentro do Novo Sindicalismo. Seus membros decidiram viabilizá-lo de qualquer maneira. No início de agosto, dirigentes da Comissão pró-CUT de São Paulo e os membros da Comissão Nacional pró-CUT, vinculado a esse grupo, assumiram toda organização do congresso. A secretaria administrativa foi instalada no Sindicato dos Químicos de São Paulo.

Outras comissões de trabalho do congresso foram criadas e tudo caminhava para ser realizado em São Bernardo do Campo, onde o governo municipal na gestão do prefeito Aron Galante daria apoio e infraestrutura ao evento. Enquanto o Novo Sindicalismo e aliados viabilizavam o congresso, o PCB e a Unidade Sindical articulavam a política de esvaziamento, mas já era tarde. O Novo Sindicalismo, com sindicatos representativos, assumiu o processo de formação de uma central sindical. No dia 11 de agosto de 1983, em nova reunião da Comissão Nacional pró-CUT, se deu o desenlace previsto por muitos sindicalistas e analistas mais atentos. A Unidade Sindical e seus aliados propunham o adiamento do Conclat, enquanto o Novo Sindicalismo e aliados garantiam de qualquer maneira a realização do congresso. A convocação foi feita para os dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, o anúncio foi feito pelo boletim pró-CUT e informava que o evento aconteceria no Centro de Convenções Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, e era assinado por dirigentes do Novo Sindicalismo e da Anampos (CUT, 2007).

Era uma quarta-feira, 23 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo. Chegavam as delegações de trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias profissionais, vindos de vários lugares do país. Eram esperados mais de cinco mil delegados que representavam os trabalhadores de diversas categorias

profissionais. O 1º Congresso da Classe Trabalhadora se tornava uma realidade: os delegados, apesar de cansados e depois de muitos dias de viagem, traziam na bagagem muita disposição para as lutas (OLIVEIRA, 1995).

O Congresso da Classe Trabalhadora chega ao final. A plenária teve início às 10h e se estendeu até as 19h de 28 de agosto de 1983. Depois de três dias que marcaram a história do movimento sindical brasileiro, os delegados começaram a se retirar do pavilhão Vera Cruz com a certeza de que tinham participado de uma grande etapa fundamental da luta dos trabalhadores, a fundação da CUT e a CONCLAT/83. Concretizaram a divisão pré-existente no movimento sindical brasileiro e representaram uma significativa vitória dos combativos na luta para sair na frente e ocupar os espaços políticos, criando a sua própria central (OLIVEIRA, 1995). A primeira coordenação da Central Única dos Trabalhadores foi eleita.¹⁷

Em 1984 a Central Única dos Trabalhadores realizou o seu primeiro congresso, mais uma vez na cidade de São Bernardo do Campo (SP), e passou a se chamar CONCUR – Congresso da CUT (OLIVEIRA, 1995).

Ao final do congresso da Concut, foram deliberados: luta sem trégua contra a classe patronal até o fim de toda exploração de classe; sindicalismo livre e desatrelado do governo; luta contra toda legislação fascista¹⁸ do sindicalismo brasileiro; pela eliminação total do título V da CLT¹⁹, especificamente pela eliminação do Imposto Sindical²⁰; a favor da ratificação da Convenção 87 da OIT,

¹⁷ Jair Menegueli – Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema SP, Paulo Renato Paim Sindicato dos Metalúrgicos de Canos, Abdias José dos Santos, Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, Avelino Ganzer, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Jacó Bittar, Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia SP, João Paulo Pires de Vasconcelos, Sindicato dos Metalúrgicos de João Molevade MG, José Gomes Novaes, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista. Executiva: Antonio Pereira Filho, Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Ary Russo, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos SP, Dauri José Tamanhão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel da Palha, Gilmar Carneiro dos Santos, Sindicato dos Bancários de São Paulo, José Alves de Siqueira, Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Julieta Balestro, Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, Lazaro Bilac de Souza, Sindicato dos Eletricistas da Bahia, Nelson de Assis Teles, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás (CUT,2007).

¹⁸ Entre os anos 1930 e 1950 iniciou o processo de institucionalização dos direitos individuais coletivos e trabalhistas - foi regularizado o trabalho do menor, da mulher, e trabalho noturno. Até hoje tem sido alvo de críticas por grande parte da doutrina especializada. Alguns acusam de contribuir no processo de controle da classe operária pelo Estado, a CLT seria cópia da carta de trabalho de Mussolini (ROSSI e GERAB,2009).

¹⁹ Este título da Constituição restringe e engessa o sindicato (artigos 511 a 514) (CUT,2007).

²⁰ Liberdade e autonomia sindical e o fim do imposto compulsório - Este imposto é cobrado até hoje pelos sindicatos e é descontado todo ano um dia de trabalho (ROSSI e GERAB,2009).

item da convenção da Organização Internacional do Trabalho da ONU, que propugna autonomia e liberdade sindical²¹ (ROSSI e GERAB, 2009).

²¹ A Convenção 87 da OIT, aprovada em 1948, fixou normas internacionais específicas sobre as relações entre trabalhadores e patrões, sendo que a adesão do Brasil, naquele momento de sua história, significaria o fim da estrutura fascista (antitribalhadora e repressiva) da legislação trabalhista. (ROSSI e GERAB, 2009).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto as últimas páginas deste trabalho eram escritas ocorreram importantes greves na região de Jundiaí: a greve dos Correios e a greve dos bancários. No dia 15 de outubro de 2009, professores da rede pública fizeram uma grande manifestação na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, por melhores condições de vida e por melhores salários. O Sindicato dos Gráficos de Jundiaí, em parceria com a CUT, fez manifestação em frente ao Jornal da Cidade de Jundiaí por falta de pagamento dos seus funcionários. Esses conflitos trabalhistas revelaram o estágio em que ainda se encontram as relações de trabalho e a maneira que tratam o trabalhador brasileiro.

Este trabalho procurou refletir sobre as diferenças entre o sindicalismo oficial e o Novo Sindicalismo.

Podemos afirmar que o movimento sindical brasileiro se dividiu a partir do fim da década de 70, quando houve a grande greve²² dos Metalúrgicos do ABC e posterior fundação da CUT, já em agosto de 1983. O movimento sindical brasileiro não mais aceitava duas formas de atuação, tão diferentes principalmente na linha ideológica. A pressão política contra a ditadura e a pressão dos trabalhadores contra o regime militar e o modelo sindical vigente estava esgotada na burocracia e no assistencialismo, não havia espaço dentro dela para um sindicalismo combativo e comprometido com as lutas dos trabalhadores. O grupo que apontou o rumo para a fundação da CUT propunha a ruptura com o antigo modelo, construindo um sindicalismo democrático, de massas e pela base.

O rompimento da estrutura sindical oficial nos anos de 80 mostra a força de organização e o crescimento das lutas de um novo modelo de fazer sindicalismo. A fundação da CUT levou à unidade de várias categorias, canalizando para troca de experiências e enriquecendo o debate e a luta dentro de uma lógica classista. Além disso, o envolvimento de outros setores, tais como os movimentos sociais, foram fundamentais para a prática de um novo sindicalismo que busca entender, debater e lutar contra os problemas existentes na sociedade. Concomitantemente, o Partido

²² Esta greve foi o instrumento de controle do movimento operário e abalou a estrutura da ditadura em 1980, e serviu para acabar com o silêncio imposto aos grevistas desde 1968: os trabalhadores do ABC paulista param por 40 dias (ROSSI e GERAB, 2009).

dos Trabalhadores criado em 1980 ampliou as perspectivas de um enfrentamento político mais consistente, forjando políticas dentro de uma ótica que possibilitasse mudanças na sociedade.

Várias bandeiras distinguem a concepção e a prática sindical da CUT do antigo sindicalismo, e foram traduzidas de várias formas. O debate do fim do imposto sindical proposto pelos cutistas colocava em xeque a sustentação dos sindicatos oficiais, pois muitos destes sobreviviam (e sobrevivem) à custa de um dispositivo legal e compulsório imposto aos trabalhadores desde a criação da CLT. A liberdade e a autonomia sindical pleiteavam a não intervenção do estado nos assuntos do sindicato. O método de organização sindical cutista foi colocado em prática pela Organização no Local de Trabalho (OLT), que significou a conquista do direito de representantes dos sindicatos serem eleitos para atuarem dentro dos locais de trabalho. Ao mesmo tempo em que ganhava credibilidade frente aos trabalhadores brasileiros, a CUT referendava-se como uma das maiores centrais sindicais da América Latina e do mundo.

Desta forma, conclui-se que a ruptura sindical se deu na prática e na concepção política. De um lado o atraso do sindicalismo oficial comandado por sindicatos atrelados ao Estado e a classe Patronal, que tinha na figura do “pelego clássico” o seu maior expoente, o Joaquinzão. E do outro lado um sindicalismo novo comandado por trabalhadores com visão de mudanças e de luta. A criação da CUT é de fato a ruptura com o antigo modelo sindical atrasado e cooptado pelos patrões. Mas a história não acaba aí. Mais adiante os governos Collor (1990 1992) e FHC (1994 2002), incentivam a criação de outras centrais sindicais para combater o crescimento da CUT e retroceder para um sindicalismo dócil e cooptado. Mas este assunto pode ensejar um trabalho futuro bastante interessante sobre o sindicalismo brasileiro no período neoliberal tardio, na era FHC.

O objetivo deste trabalho foi alcançado, e o tema abordado é de suma importância ao conhecimento de todos os trabalhadores. Considerando-se as grandes transformações no mundo do trabalho até o final do século XX, dentro de uma ótica liberal e globalizada, sugere-se a necessária continuidade e aprofundamento sobre o assunto, cuja abordagem é de grande importância para entendermos as relações entre o capital, o trabalho e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A Rebelião do Trabalho**. O confronto Operário no ABC Paulista As Greves de 1978–80. São Paulo: Ensaio, 1988.

AZEVEDO, Derme (org.) **A história da Oposição Metalúrgica**. In: Revés do Averso. Ano 15. São Paulo: CEPE, abril/maio de 2006.

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS. **O neo pelego**. Disponível em <<http://www.socialismo.org.br/portal/sindicalismo-e-movimentos-sociais/137-artigo/1012-o-neo-pelego>>. Acesso em 17 set 2009.

CONCLAT – CONGRESSO DA CLASSE TRABALHADORA. **Ata das reuniões**. Arquivos CEDOC. CUT: São Paulo, 1984.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Nasce a CUT**: embates na formação de uma central classista, independente e de luta. São Paulo: CUT, 2007

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas** - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Ática, 1987

OLIVEIRA, Celina G. **A gênese da CUT**: oposição sindical (e o novo sindicalismo) na construção da Central. 163f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 1995.

OLIVEIRA, Marco A. **Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil**: da Era Vargas ao governo FHC. 355f. Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Campinas: Unicamp, 2002.

OPOSIÇÃO METALÚRGICA. Congresso da oposição Metalúrgica de São Paulo. **Teses Aprovadas**. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1979.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Abertura política**. Disponível em <<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/abertura-politica/abertura-politica-1.php>>. Acesso em 02 abr 2009.

RAINHO, Luís F.; BARGAS, Osvaldo. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. Vol. 1. São Bernardo do Campo: Fundo de Greve, 1983.

ROSSI, Waldemar; GERAB, Willian Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TRIBUNA METALÚRGICA. **Informativo Sindical**. São Bernardo do Campo (SP), Dezembro de 1977. Ano VII, nº44.

_____. **Informativo Sindical.** São Bernardo do Campo (SP), Dezembro de 1978.
Ano VIII, nº47.

_____. **Informativo Sindical.** São Bernardo do Campo (SP), Dezembro de 1979.
Ano IX, nº52.